



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2018/2020 - REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2020.

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (29.07.2020), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, comparecendo a Sub-Defensora Geral Maria Madalena Abrantes Silva, o Corregedor Geral Dr. José Alípio Bezerra de Melo e os Conselheiros Drs: José Celestino Tavares de Sousa, Élson Pessoa de Carvalho, Coriolano Dias de Sá Filho, Gerardo Lins Rabello Sobrinho e André Luiz Pessoa de Carvalho, registrando a presença do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Fábio Liberalino da Nóbrega, para deliberar assuntos da Pauta: 1. Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 77ª Sessão Ordinária do CSDP/PB, realizada no dia 27/05/2020; 2. Distribuição do Processo nº 1294/2020 do Corregedor José Alípio Bezerra de Melo, referente a possibilidade da redução do Estágio Probatório; 3. Votação para escolha do Ouvidor Geral da DPPB, Biênio 2020/2022; 4. Apresentação das Comarcas para Remoção de 3ª e 2ª entrâncias; 5. Apreciação dos Processos nº 3308/2020 - 3320/2020 e 3321/2020 de Recurso das DPs Naiara Antunes Dela-Bianca, Aline Araujo Sales da Silva e Iara Bonazzoli, referente a Lista de Antiguidade, de relatoria do conselheiro Coriolano Dias de Sá filho; 6. Apreciação do Ofício nº 001/2020 da Comissão Eleitoral (Eleição para o Conselho Superior) referente a situação da pandemia onde muitos Defensores Públicos suscitaram a possibilidade e necessidade de realizarem a eleição de forma virtual; 7. Demais assuntos pertinentes a Defensoria Pública. O Presidente começou a reunião com uma oração, e comunicando que a secretária do Conselho Superior estando de atestado médico, nomeou AH-DOC o Defensor Público Charles Gomes Pereira; o Presidente passou para a apreciação do item 2, sendo o mesmo foi retirado de pauta. O Presidente seguiu com a apresentação das Comarcas para Remoção de 3ª e 2ª entrâncias dando conhecimento ao Conselho e passando a palavra para os conselheiros. Dr. Coriolano Dias de Sá Filho pediu e a palavra e falou sobre o tribunal do júri em Campina Grande esta com deficit de Defensor Público. O Presidente passou a palavra o Secretária Ah-Doc para leitura e aprovação da Ata da 77ª

Handwritten initials

Handwritten initials

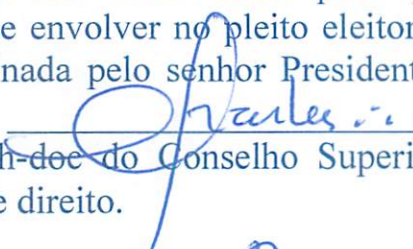
Handwritten initials

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials

Sessão Ordinária, que foi aprovada e assinada. O Presidente passou para a pauta 3, escolha do Ouvidor, passando a palavra ao candidato Saulo Lúcio Dantas para que fizesse sua apresentação e perguntou aos Conselheiros se gostariam de ouvir os candidatos; o conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho perguntou ao Candidato Saulo Lúcio Dantas se ele era associado a partido político ou movimento social, e o mesmo respondeu que não; o Presidente passou a palavra facultada a candidata Maria do Céu Cavalcanti Palmeira que usou da palavra e fez sua apresentação; Com a palavra o corregedor José Alípio Bezerra de Melo disse que o maior interessado em uma Ouvidoria independente é o assistido; em seguida o presidente da comissão deu os parabéns aos candidatos. Em seguida foi realizada a votação secreta, o Presidente diante dos votos que resultou em: Maria do Céu Cavalcanti Palmeira obteve 6 votos e Saulo 1 voto. O Presidente abriu o prazo de 24 horas para a eleita optar pela Ouvidoria ou seu cargo em Comissão. O Presidente seguindo a pauta do item 4, apresentou as Comarcas para remoção de 2ª Entrância: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO-VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREMAS-1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA-2ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA-VARA ÚNICA DA COMARCA DE JACARAU-2ª VARA MISTA DA COMARCA DE MONTEIRO-1ª VARA MISTA DA COMARCA DE PIANCÓ- 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE PIANCÓ- VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAO BENTO - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SERRA BRANCA - 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA - VARA ÚNICA DA COMARCA DE TEIXEIRA; remoção de 3ª Entrância: 1º TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE, aprovado por unanimidade. O Presidente passou ao Item 5 da pauta, e com a Palavra o conselheiro Cariolano Dias de Sá Filho requereu que fosse retirada de pauta, os Processos de sua relatoria, para apresentar na próxima, o que foi acatado pelo Presidente. Com a palavra requer o secretário ad-hoc, representada pelo Decano Dr. Charles Gomes Pereira que a indiciada F. M. O. no processo administrativo seja ouvida através de quesitos a serem formulados. Item 6: Apreciação do ofício nº 001/2020 da Comissão eleitoral, o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho propõe que os candidatos não permaneçam no local de votação e entende pela não viabilidade de votação virtual, o conselheiro José Celestino Tavares de Souza é a favor que os candidatos não permaneçam no local de votação e entende pela não viabilidade de votação virtual pela questão legal e burocrática; o Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho entende que se acontecer presencial deve ser realizado com um rigoroso protocolo e para atender todas as demandas e o processo eleitoral seja presencial e virtual. O conselheiro André Luiz Pessoa de Carvalho concorda com a manifestação dos demais conselheiros e requer uma ajuda de custo aos defensores que viessem do interior. O Presidente da Associação Dr. Fábio Liberalino da Nóbrega requer a criação de núcleos de votação e esclareceu sobre a eleição virtual que ocorrerá na Associação dos Defensores Público.

O conselheiro Cariolano Dias de Sá Filho quanto ao calendário não ver impedimento em o Conselho deliberar e sugere que seja feita uma votação neste momento; eleição presencial, eleição virtual e eleição mista, a subdefensora Maria Madalena Abrantes Silva falou da gravidade da situação e informou que a empresa de tecnologia nacional não é vinculada ao Sistema de Tecnologia da Informação (STI) da Defensoria Pública entende que a eleição seja presencial e virtual. O Presidente esclareceu que não participa da comissão eleitoral que não conhece nenhuma empresa que preste serviço de eleição virtual, e que existe uma celeuma entre os Defensores Públicos. O Corregedor José Alípio Bezerra de Melo manifestou preocupação com os prazos e sugere que a eleição seja mista. Com a palavra o chefe de STI, Daniel Lopes, informou que o sistema apresentado é muito seguro e quem desenvolve o sistema tem conhecimento dos votos razão pela qual não é possível o setor de informática se envolver no pleito eleitoral. Sendo lavrada a presente Ata, que será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Charles Gomes Pereira, Secretário Ad-hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


RICARDO JOSE COSTA SOUZA BARROS
PRESIDENTE


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
SUB DEFENSORA GERAL


JOSÉ ALÍPIO BEZERRA MELO
CORREGEDOR GERAL


JOSE CELESTINO TAVARES DE SOUZA
MEMBRO


ELSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO


GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO
MEMBRO


CORIOLANO DIAS DE SA FILHO
MEMBRO


ANDRÉ LUIZ PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO

OUVIDOR